

Prezados:

Iniciamos o informativo do mês de março lembrando a importância da entrega do demonstrativo anual de rendimento e apresentamos a facilidade e qualidade que os produtos Sollução entregam.

Seguimos apresentando a matéria trazida pelo departamento fiscal sobre as orientações de transporte de mercadorias com transportadores de fora do estado.

O departamento contábil apresenta também um artigo sobre os benefícios da prestação de contas para o seu negócio.

Finalizamos o informativo mensal com a atualização dos vencimentos do mês de março e atualização das tabelas de aluguel e sobre a atualização do Salário Família.

Clóvis da Rocha
Diretor

ACESSE NOSSO SITE.



Informe de Rendimentos é com o Sollution People!

Departamento Pessoal e Tecnologia

O que é o informe de rendimentos?

É o comprovante de todo o seu rendimento dentro da empresa, que é necessário para a declaração do **Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**.

A **pessoa física ou jurídica** que tiver efetuado algum pagamento a pessoa física com retenção de **IRRF** durante o ano-calendário, mesmo que em um único mês, deverá fornecer o **"Comprovante de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte"** nos moldes do modelo constante no **Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 2.060/2021**, até o **último dia útil do mês de fevereiro** do ano subsequente ao dos rendimentos, ou, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, se esta rescisão ocorrer antes da data estipulada para entrega. (**Instrução Normativa RFB nº 2.060/2021, artigos 2º e 3º**)

Considerando que **ocorra pagamento por pessoa jurídica de rendimento que não esteja sujeito ao IRRF**, o prazo para entrega do comprovante será também até o **último dia útil do mês de fevereiro** do ano-calendário subsequente, desde que o beneficiário o solicite até o dia 15 de janeiro do ano subsequente ao dos rendimentos. (**Instrução Normativa RFB nº 2.060/2021, artigo 3º, § 1º**)

O comprovante pode ser fornecido digitalmente, desde que a pessoa física possua um endereço eletrônico, ficando neste caso dispensado o fornecimento impresso. Contudo, caso o contribuinte queira receber de forma impressa, a fonte pagadora deverá fazer o fornecimento sem nenhum ônus. (**Instrução Normativa RFB nº 2.060/2021, artigo 3º, §§ 3º e 4º**)



Imagem: Sollução

E como funciona com o People?

Através do menu intuitivo é super fácil de acessar, é só ir em **"Menu - Demonstrativos Financeiros - Demonstrativo Anual de Rendimentos."** Nele o colaborador consegue encontrar todos os dados de seu rendimento nos anos em que trabalhou na empresa.

Os dados gerados sempre estarão em dia, sendo gerados e preparados de forma prévia, sempre dentro do limite estabelecido pela legislação.

Com o Sollution People o histórico de seus rendimentos possuem o acesso centralizado em uma única plataforma ágil e moderna.

Fonte: Sollução Group
Texto: Giane Lutkemaier

Carazinho
Avenida Flores da Cunha, 2455, Conj. 01
Centro - Carazinho/RS - 99500-000
54 3331.1225

Porto Alegre
Av. Independência, 925 - Sala 1205
Moinhos de Vento - Porto Alegre/RS - 90035-076
51 3094.3900

Atendimento
Segunda a Sexta-Feira
8h às 12h - 13h30min às
18h15min

CRC/RS006664/O-4
CNPJ: 11.468.382/0001-07



Orientação importante sobre transporte de mercadorias - Transportadoras de fora do estado.

Conforme previsto no **Livro III Art. 54 do RICMS/RS**, a empresa do RS é responsável pelo pagamento do imposto (**ICMS**) devido nas prestações de serviço de transporte de cargas, realizadas por transportadores não estabelecidos nesta unidade da Federação, ou seja, no RS, independentemente de ser ou não tomadora do serviço de frete.

O pagamento deve acontecer primeiramente da seguinte forma:

1 - A transportadora emite o **CT-e com CST 60 e sem destaque de ICMS**, informando no mesmo que a operação é com **Substituição Tributária cfe** prevista no Livro III Art. 54 do RICMS/RS. A empresa do RS na condição de substituto tributário, conforme previsto no Livro do RICMS/RS **deverá mencionar nos dados adicionais da NF-e** a seguinte mensagem: "ICMS sobre serviço de transporte - RICMS, Livro III, art. 54."

Para o recolhimento neste caso em que o **CT-e foi emitido sem o destaque de ICMS** em campo próprio, a empresa do RS que entregar a mercadoria para transportadora poderá recolher o valor referente ao ICMS do transporte na sua apuração mensal, e o prazo para recolhimento é o mesmo do **ICMS Próprio mensal** da empresa, o valor deverá ser recolhido a parte da guia de ICMS da empresa. **Previsto no Ap. III, Seção II, Item VII do RICMS/RS.**

2 - Caso a **transportadora estabelecida fora do estado**, emitir o CT-e com destaque do ICMS em campo próprio, neste caso não será considerado com **Substituição Tributária**, e conforme previsto no **Livro I Art. 46 Inc. III, alínea B** deve ser recolhido o ICM no início da prestação do serviço de transporte, ou seja, de forma antecipada.

Base Legal - Ap. III, Seção II, Item VII do RICMS/RS

Apêndice III

Prazos de pagamento do ICMS, referidos no Livro I, Art. 43.

Seção II

Débito de responsabilidade por substituição tributária.

Nota 01 - O disposto nesta Seção aplica-se às hipóteses de substituição tributária em operações internas interestaduais.

VII - Até o dia fixado para o pagamento do débito próprio do responsável.

A - Responsabilidade decorrente de prestação de serviços de transporte, prevista no Livro III, Art. 54.

Base Legal: Livro III, Art. 54, 5º e 56 do RICMS/RS

Seção I

Das prestações de serviços de transporte de carga realizadas por transportadores não estabelecidos neste estado.

Subseção I

Da responsabilidade.

Art. 54 - O responsável pelo pagamento do imposto devido nas prestações de serviços de transporte de carga realizadas por transportadores não estabelecidos nesta unidade da Federação, na condição de substituto tributário, é o contribuinte deste Estado que a eles tenha entregue as mercadorias para serem transportadas.

§1º - A responsabilidade prevista neste artigo fica transferida para para o destinatário da mercadoria, nas hipóteses de saídas promovidas por estabelecimento produtor ou microempreendedor individual que destine mercadoria a contribuinte deste Estado, exceto se produtor ou microempreendedor individual.

§2º - A substituição tributária prevista neste artigo fica suspensa, por prazo indeterminado, com fundamento na Lei nº 8.820/89, Art. 33, §13, "A", nas saídas interestaduais promovidas por estabelecimento produtor ou microempreendedor individual.

Subseção II

Do cálculo do Imposto

Art. 55 - O débito de responsabilidade por substituição tributária, nas prestações previstas nesta Seção, será calculado pela aplicação da alíquota correspondente

sobre a base de cálculo da prestação praticada pelo contribuinte substituído.

Subseção III

Dos documentos fiscais

Art. 56 - O remetente deverá fazer constar, na Nota Fiscal que documentar a saída das mercadorias transportadas, a observação "ICMS sobre serviço de transporte - RICMS, Livro III, Art. 54", e os valores da base de cálculo e do ICMS devido pela referida prestação de serviço.

Base Legal: Livro I, Art. 46, Inc. III, Alínea B do RICMS/RS

Art. 46 - O disposto no Art. 43 não se aplica, devendo o imposto ser pago:

III - No início da prestação de serviço de transporte:

Nota 01 - Revogada pelo **Decreto nº 43.732/05 (DOE de 13.04.05)** efeitos a partir de 13.04.05, Redação Anterior.

Nota 02 - A diferença entre o imposto devido e o imposto pago no início da prestação do serviço de transporte, se existente, será pago pelo transportador inscrito em outro Estado, até o dia 12 do mês subsequente ao da prestação do serviço, por meio de GNRE, conforme previsto no Apêndice III, Seção I, Item III, "D" nota.

A - De pessoas, caso o transportador seja autônomo ou não inscrito no CGC/TE;

B - De cargas, caso o transportador seja autônomo, não inscrito no CGC/TE ou não estabelecido nesta unidade da Federação, e não ocorra a transferência da responsabilidade pelo pagamento do imposto previsto no Livro III, Arts 2º e 54.

Fonte: Sefaz RS

Texto: Kely Strack



Os Benefícios da prestação de contas para o seu negócio.

Cada fim de ano torna-se a época em que negócios de qualquer segmento que receberam aporte financeiro, **de entidades públicas ou de investidores privados**, devem fazer a prestação de contas da empresa.

Muitos empresários ficam apreensivos, pois encaram como uma exposição difícil de sua empresa. Contudo, a prestação deve ser encarada como o que realmente é!

Transparência com o dinheiro.

Sobretudo, a prestação de contas também faz parte de um processo de comunicação. O recebedor de recursos informa o que foi feito dos mesmos recebidos a quem o concedeu.

Responsabilidade com seu Investidor

O empreendedor procura órgãos públicos ou agências de fomento que estejam inseridas no universo da empresa interessada, ou busca o dinheiro no setor privado, que irá exigir contratualmente o mesmo montante de volta, assim como o lucro sobre o que foi investido originalmente, o **Return on Investment (ROI)**.

Dessa forma, fazer uso de investimento público ou privado, significa manter um controle rigoroso sobre os gastos. E a isso **dá-se o nome de prestação de contas**.

Prestação de contas evita dor de cabeça!

A prestação de contas é **um instrumento burocrático**, que prova **por meios contábeis e administrativos**, que o dinheiro investido teve um fim devido em um determinado período de tempo.

O montante de dinheiro, sua aplicação e em quanto tempo levará para ser gasto, são aspectos contratuais que devem ser acordados previamente entre o investidor, e a empresa a qual a verba será destinada.

Também é necessário esclarecer que prestar contas **não significa estar sendo culpabilizado**, ao contrário, ela é um instrumento que resguarda o empresário, certificando que ele, de maneira clara e detalhada, cumpriu sua parte no acordo com o investidor.

Da mesma maneira, a prestação de contas exige pessoas preparadas e conhecimento específico, seja de quem demonstra a realização do que foi realizado, quem analisa os dados e informações, para chegar a conclusão que realmente o que foi acordado teve seu fim determinado.

Logo, o profissional contábil é um elemento essencial nesta dinâmica, já que seus conhecimentos auxiliam no registro de todos os insumos recebidos e o destino dos mesmos na forma de prestadores de serviço ou compra de instrumentos.

Um sistema ERP trabalha mapeando os processos críticos e sensíveis da empresa, a validação e homologação de processos e melhora a integração dos setores. Por isso **toda empresa precisa de um sistema ERP!**

Prestação de contas de dinheiro público

Esta prestação não é apenas um sinal de boa governança com o investimento feito, logo é

uma obrigação prevista na **Constituição de 88, Art. 70**.

Portanto, ao receber aporte financeiro público, o empresário deve realizar uma prestação de contas, mesmo que não tenha utilizado a verba. Neste último caso, basta informar que o recurso não foi utilizado ainda e que será reprogramado para o ano seguinte.

Prestação de contas a investidor privado

Mesmo que não seja uma obrigação jurídica, abrir sua conta de gastos a um investidor e prestar as contas é um sinal de boa governança dos investimentos em sua empresa.

Muitas vezes as empresas ficam obrigadas a prestar contas por contrato ou por conta da configuração societária da organização.

Vale ressaltar que, deixar que lhe vejam, é um ato de relações públicas que fortalece a marca e atrai investimentos.

Fonte: *Jornal Contábil*

Texto: *Mônia Elisabete Fontana*

Fique de Olho nas Novidades!

Quer ficar sempre em dia com as principais notícias do mundo dos negócios?
Então não perca mais tempo!

Acompanhando as redes sociais Solução você fica sempre informado sobre as mudanças e novidades no mundo corporativo.

ACESSE AQUI E DESCUBRA MAIS! ➡





Contribuições ao INSS

Salário de Contribuição	%
Até um salário mínimo R\$ 1.302,00	7,50
De R\$ 1.302,01 a R\$ 2.571,29	9,00
De R\$ 2.571,30 a R\$ 3.856,94	12,00
De R\$ 3.856,95 a R\$ 7.507,49	14,00

Fonte: Jornal do Comércio - 20/02/23

Salário Família

Até R\$ 1.745,18	R\$ 59,82
Acima de R\$ 1.745,18 não tem direito	

Fonte: Jornal do Comércio - 20/02/23

Aluguel (indicador Fevereiro/23)

IPC (IEPE)	7,60
INPC (IBGE)	5,71
IPC (FIPE/USP)	7,20
IGP-DI (FGV)	3,01
IGP-M (FGV)	3,79
IPCA (IBGE)	5,77
Média INPC (IBGE) e IGP-DI (FGV)	4,36

Válida para imóveis residenciais e não residenciais com período anual. Os índices desta tabela mostram o acumulado de 12 meses

Fonte: Jornal do Comércio - 20/02/23

Salário Mínimo

Nacional R\$ 1.302,00			
Regional/RS	R\$ 1.443,94*	Regional/SC	R\$ 1.416,00*
Regional/RS	R\$ 1.477,18*	Regional/SC	R\$ 1.468,00*
Regional/RS	R\$ 1.510,69*	Regional/SC	R\$ 1.551,00*
Regional/RS	R\$ 1.570,36*	Regional/SC	R\$ 1.621,00*
Regional/RS	R\$ 1.829,87*		

*Cada faixa atende categorias específicas

Fonte: Jornal do comércio e sc.gov.br - 20/02/23

Tabela Progressiva IRPF

Base de Cálculo em R\$	%	Parc. a Deduzir
Até R\$ 1.903,98	Isento	-
De R\$1.903,99 a R\$2.826,65	7,5	R\$ 142,80
De R\$2.826,66 a R\$3.751,05	15	R\$ 354,80
De R\$3.751,06 a R\$ 4.664,68	22,5	R\$ 636,13
Acima de R\$4.664,68	27,5	R\$ 869,36

Fonte: Jornal do Comércio - 20/02/23

OBRIGAÇÕES COM VENCIMENTO NO MÊS DE MARÇO/2023

Empresas optantes pelo Lucro Real ou Lucro Presumido

Venc.	Data Limite	Discriminação	Venc.	Data Limite	Discriminação	Venc.	Data Limite	Discriminação
2	2	Honorários	15	15	INSS - Contribuinte Individual/Segurado Facultativo	25	24	IPI
5º dia útil	6	Salários	20	20	Contribuições Retidas na fonte (CRF) - 4,65%	25	24	PIS e COFINS
7	7	FGTS	20	20	IRRF - Sobre Aluguel, Serviços Prestados e Folha de Pagamento	25	27	Parcelamento ICMS
7	7	DAE Empregador Doméstico	20	20	FUNRURAL	31	31	CSLL e IRPJ Mensal
9	9	ICMS Substituição Tributária	20	20	PIS e COFINS - Entidades Financeiras e Equiparadas	31	31	CSLL e IRPJ Quotas - Trimestral
12	13	ICMS Próprio - Comércio	20	20	DCTFWEB	31	31	Parc. federais em geral
12	13	ICMS Próprio - Industrial	20	20	ISS - Retido Carazinho	31	31	Contribuição Sindical Patronal

Empresas optantes pelo Simples Nacional

Venc.	Data Limite	Discriminação	Venc.	Data Limite	Discriminação	Venc.	Data Limite	Discriminação
2	2	Honorários	20	20	DCTFWeb	31	31	Parc. Simples Nacional
5º dia útil	6	Salários	20	20	IRRF - Sobre aluguel, Serviços Prestados e Folha de Pagamento	31	31	Parc. Federais em Geral
7	7	FGTS	20	20	ISS - Retido Carazinho	31	31	Contribuição Sindical Patronal
7	7	DAE Empregador Doméstico	20	20	Simples Nacional			
15	15	INSS - Contribuinte Individual/Segurado Facultativo	23	23	ICMS - Diferencial de Alíquotas			
19	19	Contribuições Retidas na Fonte (CRF) - 4,65%	25	24	PIS - Faturamento/Folha de Pagamento			
20	20	FUNRURAL	25	27	Parcelamento ICMS			

Sollution People

O aplicativo de gestão que facilita as rotinas do departamento pessoal das empresas.

Empregamos as **tecnologias mais modernas** do mercado para tornar o dia a dia de sua organização mais **simples, ágil e principalmente eficaz!**

Com o App **Solução People** sua equipe de **DP e RH** possui muito mais tempo para realizar a **gestão e treinamentos da equipe**, o que entendemos ser o **grande diferencial das empresas** no relacionamento com as pessoas.

Nº's Emitidas por Optantes pelo Simples

As notas fiscais emitidas pelas Empresas de Pequeno Porte e Microempresas não deverão conter destaque de ISS e/ou IPI. Deve constar na nota a seguinte informação:

I - Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional;

II - Não gera direito a crédito fiscal de ISS e/ou IPI.

ICMS no Simples Nacional

A empresa vendedora optante do regime Simples Nacional, pode gerar crédito para empresa compradora da categoria geral desde que seja informado dentro do XML da nota, nas TAGs: <CSOSN>, <pCredSN> e <vCredICMSN> cfe **(RESOLUÇÃO CGSN Nº 140, de 2018, Art. 60, §5º).**

O percentual se refere à média de ICMS pago pela empresa no momento de recolhimento do Simples Nacional, enquanto se mantiver nesse regime.

Este percentual deve ser consultado mensalmente no Portal da Solução na área Fiscal > Consulta Alíquota Simples N.

Cartão Ponto

Os estabelecimentos que possuem mais de **20 empregados** estão obrigados à marcação de ponto. Poderá ser feita mecanicamente, pelo uso de relógio ponto, eletronicamente, por computador ou manualmente.

Lembrando que de acordo com a **Portaria MTE 2.686/2011**, para empresas que utilizavam ponto eletrônico, devem se adequar às novas orientações e aparelhos. Orientamos também às empresas com menos de 20 funcionários que façam a marcação de ponto, para uso em eventuais litígios trabalhistas.

Avisos importantes !

Departamento Pessoal

As informações deverão ocorrer nos prazos abaixo descritos:

- Admissões: 2 dias antes do funcionário iniciar suas atividades na empresa, munido dos documentos necessários e atestado admissional;
- Reajuste de salário: No dia que ocorrer;
- Alteração de função: No dia que ocorrer, juntamente com o atestado de alteração de função;
- Atestado de afastamento: Informar no portal em 24h do afastamento;
- Solicitações de rescisões: No dia que ocorrer;
- Solicitações de férias: 30 dias antes de iniciar as férias do funcionário;
- Cartões ponto e listagens extras: Até o dia 02 do mês subsequente.

A Solução Contabilidade sempre preocupada com o meio ambiente, adota medidas para fortalecer a natureza, uma delas é a utilização de papel reciclável para o informativo.



Política da Qualidade:

A Solução, reconhece o Sistema de Gestão da Qualidade como principal ferramenta para o monitoramento dos processos na produção de informações contábeis úteis, objetivando a melhoria constante, o desenvolvimento dos colaboradores e consequentemente a satisfação de seus clientes.